MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto n.º 26:547

Convindo facilitar a entrada de mostruários nos museus das câmaras municipais, e visto o artigo 2.º do decreto n.º 24:920, de 10 de Janeiro de 1935;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. A redacção do n.º 38.º do artigo 85.º das instruções preliminares das pautas estabelecida pelo decreto-lei n.º 23:788, de 23 de Abril de 1934, é modificada como segue:

38.º Objectos adquiridos pelos museus do Estado e câmaras municipais, ou aos mesmos oferecidos, e destinados aos seus mostruários, precedendo autorização do Ministro das Finanças.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Abril de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos

Questões Económicas

Por ordem superior se faz público que, segundo informa a Legação de Portugal em Paris, a Nigéria (Colónia, Protectorado e Camarão sob mandato), assim como a Serra Leoa (Colónia e Protectorado) aderiram em 11 de Março findo à Convenção internacional relativa à circulação de automóveis, concluída em Paris em 24 de Abril de 1926.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos, 18 de Abril de 1936. — O Secretário Geral, *Luiz T. de Sampaio*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Serviços de Fazenda e Alfândegas

Decreto n.º 26:548

Atendendo ao que representou e informou o governador geral da colónia de Moçambique sobre a necessidade de serem pagos os vencimentos do secretário da comissão de beneficência e assistência pública da referida colónia, na situação de adido fora de serviço por o respectivo lugar ter sido extinto pelo diploma legislativo n.º 484, de 29 de Janeiro último;

Não se encontrando inscrita na tabela de despesa em vigor verba por onde possam ser pagos esses vencimen-

tos, e não estando o caso abrangido em qualquer das alíneas do § 2.º do artigo 165.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial e por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do § 1.º do artigo 10.º da referida Carta Orgânica, e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizado o governador geral da colónia de Moçambique, observadas as formalidades legais, a abrir no corrente ano económico um crédito especial de 13.965\$51, destinado ao pagamento dos vencimentos a que tem direito, nos termos do artigo 23.º do decreto n.º 25:306, de 9 de Maio de 1935, como adido fora do serviço, o secretário da comissão de beneficência e assistência pública, saindo a respectiva contrapartida das disponibilidades existentes na verba do capítulo 4.º, artigo 729.º, n.º 1), alínea a), da tabela de despesa do orçamento da colónia em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Paços do Governo da República, 24 de Abril de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Francisco José Vieira Machado*.

Direcção Geral Militar

Secção de Marinha

Decreto n.º 26:549

Convindo que o pessoal dos navios de guerra nacionais, quando em serviço de soberania nas colónias, possa frequentar gratuitamente as consultas externas dos hospitais, nas mesmas condições que os outros funcionários;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida no n.º 4.º do § 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial, e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. As guarnições dos navios de guerra nacionais em serviço de soberania nas colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Índia, Macau e Timor é permitida gratuitamente a frequência das consultas externas dos hospitais onde tais consultas existam ou venham a estabelecer-se, mediante a apresentação de documento comprovativo passado pelo comandante ou médico do navio.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» das colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Índia, Macau e Timor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Abril de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Francisco José Vieira Machado*.